

PROTOCOLOS/ACORDOS

14. PROPOSTA DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO PROGRAMA FORMAÇÃO + PRÓXIMA

Submete-se à consideração do Executivo Municipal o protocolo de colaboração a celebrar entre o **Município de Braga** e o **Turismo de Portugal, I.P. – Programa Formação + Próxima**, nos termos do previsto na alínea m) do nº2 do art.º 23º e das alíneas r) e u) do nº1 do art.º 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que se anexa.

PROPOSTA

ASSUNTO: PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE BRAGA E O TURISMO DE PORTUGAL, I. P. – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO PROGRAMA FORMAÇÃO + PRÓXIMA

CONSIDERANDO QUE:

- a) O Governo português aprovou, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 76/2021, de 16 de junho, o **Plano «Reativar o Turismo | Construir o Futuro»**, que contempla um conjunto de medidas que visam estimular a economia e a atividade turística, permitindo superar os objetivos e as metas de sustentabilidade económica, ambiental e social definidas na Estratégia Turismo 27, promovendo o Turismo ao longo de todo o ano e em todo o território e mantendo as pessoas - profissionais, turistas e residentes - no centro da Estratégia e da Ação;
- b) No Pilar 4 deste Plano: Construir Futuro, está inscrita a medida P4.2 – Conhecimentos e Qualificações, que prevê o desenvolvimento de um programa de formação para 75.000 trabalhadores do Turismo, a promover sob a designação Programa Formação + Próxima;
- c) O Turismo de Portugal, enquanto organismo responsável pela promoção, valorização e sustentabilidade da atividade turística, contribui igualmente para a qualidade do serviço prestado pelas empresas e agentes do setor;
- d) Nos termos do disposto no artigo 23º da lei nº 75/2013 de 12 de setembro, os municípios dispõem de atribuições no âmbito da promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente, no domínio da formação profissional;

CONSIDERANDO, AINDA, QUE:

- e) O Município de Braga, enquanto agente de conhecimento e de desenvolvimento do seu território, dotado de forte capacidade de mobilizar as suas comunidades e o tecido empresarial local, constitui-se como parceiro de importância estratégica para o desenvolvimento do **Programa Formação + Próxima**;

- f) Os planos de ação de formação na área em referência revelam-se de grande interesse para os profissionais de turismo do Concelho de Braga e uma mais valia para a qualificação dos quadros internos do Município nessa área.

EM FACE DO EXPOSTO, PROPÕE-SE QUE A CÂMARA MUNICIPAL DELIBERE:

- a) Aprovar o Protocolo (em ANEXO), nos termos do previsto na alínea m) do n.º 2 do artigo 23.º e das alíneas r) e u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais.

Braga, 19 de setembro de 2022.

O Presidente da Câmara Municipal,



Dr. Ricardo Rio

Protocolo de Colaboração
Programa FORMAÇÃO + PRÓXIMA
Município de BRAGA

Entre:

Turismo de Portugal, I. P., com sede na Rua Ivone Silva, Lote 6, em Lisboa, pessoa coletiva de direito público nº 508 666 236, representado por na qualidade de Presidente do Conselho Diretivo, adiante designado por "**Turismo de Portugal**",

e

Município de Braga com sede na Praça do Município, pessoa coletiva número 506 901 173, representada por Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, adiante designado por "Município".

Conjuntamente designadas por **Partes**,

CONSIDERANDO QUE:

- a) O Governo português aprovou, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 76/2021, de 16 de junho, o **Plano «Reativar o Turismo | Construir o Futuro»**, que contempla um conjunto de medidas que visam estimular a economia e a atividade turística, permitindo superar os objetivos e as metas de sustentabilidade económica, ambiental e social definidas na Estratégia Turismo 27, promovendo o Turismo ao longo de todo o ano e em todo o território e mantendo as pessoas - profissionais, turistas e residentes - no centro da Estratégia e da Ação;
- b) No Pilar 4 deste Plano: Construir Futuro, está inscrita a medida P4.2 - Conhecimentos e Qualificações, que prevê o desenvolvimento de um programa de formação para 75 000 trabalhadores do Turismo, a promover sob a designação Programa Formação + Próxima;
- c) O Turismo de Portugal, enquanto organismo responsável pela promoção, valorização e sustentabilidade da atividade turística, contribui igualmente para a qualidade do serviço prestado pelas empresas e agentes do setor;
- d) Nos termos do disposto no artigo 23º da lei nº 75/2013 de 12 de setembro, os municípios dispõem de atribuições no âmbito da promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente, no domínio da formação profissional;



- e) O Município de BRAGA, enquanto agente de conhecimento e de desenvolvimento do seu território, dotado de forte capacidade de mobilizar as suas comunidades e o tecido empresarial local, constitui-se como parceiro de importância estratégica para o desenvolvimento do **Programa Formação + Próxima**;
- f) Os planos de ação de formação na área em referência revelam-se grande interesse para os profissionais de turismo do concelho de Braga e uma mais valia para a qualificação dos quadros internos do Município nessa área.

É de boa-fé e livremente celebrado o presente Protocolo de Cooperação (doravante designado por "Protocolo"), do qual os Considerandos *supra* fazem parte integrante, e que se rege pelos termos e condições constantes das cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

(Objeto)

O **Turismo de Portugal**, através da **Escola de Hotelaria e Turismo de (XXX)** e a **Câmara Municipal de Braga**, comprometem-se a realizar o **Programa Formação + Próxima**, garantindo as condições e os meios necessários à concretização dos seguintes objetivos:

- a) Capacitar, massivamente, os colaboradores do setor do turismo - formação de empresários, gestores, quadros intermédios e operacionais - em regime presencial e a distância, em processos de *upskilling e reskilling* que contribuam para acrescentar valor ao tecido empresarial local e aos respetivos territórios e, ainda, com conteúdos adaptados às necessidades de futuro do setor, ao longo de todo o território nacional e adaptada à diversidade das empresas de turismo;
- b) Desenvolver um Programa de Formação que seja + Próximo das Pessoas e + Próximo das necessidades dos Territórios, com vista à sua capacitação na "Arte da Hospitalidade", através do desenvolvimento de conteúdos formativos nas áreas das *soft e hard skills* que sejam identificadas necessárias.

Cláusula Segunda

(Obrigações do Primeiro Outorgante)

1. No âmbito do presente Protocolo o **Primeiro Outorgante** compromete-se a:
 - a) Elaborar um diagnóstico de necessidades de formação específicas de cada território, em colaboração com cada Município;
 - b) Criar e executar um Plano de Formação que responda às necessidades da atividade turística do Município de Braga, de acordo com o diagnóstico de necessidades realizado;



- c) Criar e executar um Plano complementar de Formação que contribua para a valorização do território e para a capacitação dos técnicos do município e/ou das entidades parceiras;
 - d) Assegurar a contratação dos formadores e dos mentores do **Programa Formação + Próxima**, privilegiando os recursos humanos do concelho de Braga, sem prejuízo de observância do regime da disciplina orçamental aplicável e o respeito do regime legalmente previsto em sede contratação de pessoal, nas diferentes modalidades, aplicável ao Turismo de Portugal, I.P. ."
 - e) Criar e executar um programa de indução para os formadores e mentores, de forma a potenciar o conhecimento e o envolvimento destes profissionais no **Programa Formação + Próxima**;
 - f) Criar uma campanha de comunicação do **Programa Formação + Próxima** e disponibilizar os respetivos conteúdos, para efeitos de promoção e divulgação pelo município de Braga;
 - g) Identificar um colaborador de contacto (*focal point*) na Escola de Hotelaria e Turismo, que apoie a realização e monitorização do **Programa Formação + Próxima**;
2. A execução do presente Protocolo na vertente financeira só pode ser atendida com observância prévia dos procedimentos legais de orçamentação e de competência de aprovação de despesas vigentes no Turismo de Portugal.

Cláusula Terceira

(Obrigações do Segundo Outorgante)

1. No âmbito do presente Protocolo, o **Segundo Outorgante** compromete-se a:
- a) Colaborar no diagnóstico das necessidades de formação específica do município, no setor do turismo;
 - b) Divulgar o **Programa Formação + Próxima** pelos seus canais de comunicação;
 - c) Garantir a existência de espaços e equipamentos - pedagógicos, técnicos e informáticos - adequados à realização da formação, sempre que se mostre material e legalmente possível e adequado;
 - d) Contribuir para a identificação de potenciais Formadores locais que possam integrar a bolsa de formadores do programa, com o estrita observância das normas legais aplicáveis nessa matéria ;
 - e) Identificar parceiros locais estratégicos e promover o seu envolvimento na realização e a dinamização do programa;



- f) Identificar os técnicos do município e/ou das entidades parceiras, que participarão no Plano complementar de Formação, mediante prévia observância das normas e procedimentos legalmente aplicáveis ;
 - g) Identificar um colaborador de contacto (*focal point*) no município, que apoie a realização e monitorização do **Programa Formação + Próxima**.
2. A execução das obrigações assumidas pelo Município de Braga no presente Protocolo serão precedidas da observância dos procedimentos legalmente determinados, que se mostrem aplicáveis, designadamente, em matéria de contratação pública, assim como pela observância de todos os princípios gerais de direito administrativo que presidem a sua atividade .

Cláusula Quarta (Incumprimento)

O incumprimento das obrigações por uma das partes pode constituir fundamento de denúncia do Protocolo por iniciativa da outra parte, mediante comunicação escrita, e ressalvado os efeitos da mesma para as ações em curso.

Cláusula Quinta (Aditamentos ou Alterações)

Qualquer aditamento ou alteração ao presente Protocolo terá de ser realizado por comum acordo entre os Outorgantes, por escrito.

Cláusula Sexta (Vigência)

1. O presente Protocolo vigora pelo prazo de 2 (dois) anos, a contar da data da sua assinatura.
2. Findo o prazo previsto no número anterior, o presente Protocolo renovar-se-á por períodos sucessivos de 2 (dois) anos se não for denunciado por um dos Outorgantes por qualquer meio escrito, com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias seguidos.
3. O presente Protocolo pode ser denunciado a todo o tempo, por qualquer um dos Outorgantes, através de qualquer meio escrito, mediante aviso prévio de 60 dias.



Cláusula Sétima

(Divergências)

As divergências resultantes da execução do presente Protocolo serão resolvidas entre as partes segundo Princípios de Boa Fé e de Proporcionalidade, e, se não resultarem, recorrer-se-à a uma comissão de arbitragem a constituir por dois elementos designados por cada uma das partes e que, em conjunto, escolherão um terceiro, que presidirá.

Cláusula Oitava

(Disposições Finais)

Este Protocolo é feito em duas vias, ficando um exemplar na posse de cada um dos Outorgantes.

(Local), de 2022

Pelo **Primeiro Outorgante**

Pelo **Segundo Outorgante**
